

O MEDO DA MORTE E OS SEUS ESCRITOS: CAMPINA GRANDE, DÉCADAS DE 1930 e 1940

Severino Cabral Filho¹

*Que haja ou não em nosso tempo
mais sensibilidade ao medo, este é um
componente maior da experiência humana,
a despeito dos esforços para superá-lo.*

Jean Delumeau

Podemos afirmar com alguma segurança que a morte sempre mobilizou o imaginário coletivo no Ocidente². Com o presente trabalho sugerimos como o medo da morte se reflete nos escritos de jornalistas e médicos da cidade de Campina Grande, Paraíba, Brasil, no correr das décadas de 1930 e 1940. Tais discursos revelam-se como estratégias visando o controle social; revelam-se ainda como estratégias visando à realização de obras estruturantes para viabilizar, por exemplo, a distribuição de água tratada e energia elétrica para a cidade; revelam-se também como documentos em que o medo das epidemias, da cólera, da morte enfim, foi um mote precioso para essa elaboração jornalística assim como a construção do próprio discurso médico – desejoso de impor-se como discurso competente posto que formulado a partir da racionalidade científica. Entre esses homens o medo da morte não foi apenas drama; antes, o medo impôs-se como pressuposto fundamental à compreensão dos dilemas daqueles tempos e como ponto de partida para solucioná-los³.

No entender de jornalistas e de médicos de Campina Grande, os ideais de desenvolvimento, progresso e civilização derivavam dos avanços da indústria, do comércio, da aquisição de inovações tecnológicas para a modernização da cidade, e dos desenvolvimentos técnicos e científicos específicos do campo de saber da Medicina. Por outro lado, desejavam-se mudanças de atitudes e comportamentos de sua população diante de uma circunstância histórica de modernização urbana que, de fato, estava modificando a fisionomia da cidade⁴. Travava-se uma luta

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Associado da Unidade Acadêmica de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. E-Mail: <cabralf@terra.com.br>.

² Veja-se: DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente – 1300-1800: uma cidade sitiada*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Tradução de Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

³ Os textos jornalísticos aqui analisados foram publicados nos jornais *Brasil Novo*, *Voz da Borborema* e *A União*. O *Brasil Novo*, semanário, fundado em 1931, teve vida curta: encontramos desse jornal uns poucos e dispersos exemplares; o *Voz da Borborema*, semanário, foi fundado e mantido pela família de Argemiro Figueiredo, circulou de 1937 a 1940; *A União*, diário, jornal oficial do Estado da Paraíba, circula desde 02 de fevereiro de 1893 até os dias atuais.

⁴ A cidade experimentou reformas já no início da década de 1930, sob a gestão do prefeito Antonio Pereira Diniz, mas a reforma referencial pela qual Campina Grande passou deu-se durante as gestões

contra hábitos e posturas tradicionais em prol de um refinamento comportamental. Para uma cidade que estava se reformulando a contra partida aceitável seria uma mudança nas atitudes e nos usos que os seus moradores dela faziam, particularmente no tocante à higiene e à salubridade. Mobilizar os instintos defensivos da população campinense contra a morte, fazendo-a reagir contra hábitos considerados letais à vida, fez parte desse processo em que o medo ocupou um lugar de destaque. O medo da morte foi um motivo crucial para se desejar modificar maneiras de estar no mundo de uma população transformando o seu cotidiano, a sua cultura.

Assim, nos deparamos com a intensidade convincente do discurso técnico tão bem apresentado pelos engenheiros e assimilados – às vezes de forma pouco clara – por interlocutores embasbacados. Cristino Pimentel, numa crônica publicada no jornal *Voz da Borborema* do dia 3 de novembro de 1937, relata uma visita que fez ao canteiro de obras da adutora de Vaca Brava⁵. Maravilhado, Pimentel se rende aos encantos das explicações fáceis do engenheiro José Fernal (responsável técnico pela obra), ao mesmo tempo em que procura transmitir para os seus leitores os benefícios daquele empreendimento para a sua cidade.

Não nos enfadava a palavra clara e precisa do engenheiro Fernal, que nos ia explicando ‘tim-tim por tim-tim’, como eram atacados e feitos os serviços. Explicação segura e fácil que embora desconhecendo a tecnologia dos termos impressionava-me, despejando-lhe meus olhos um fiel que espreita a caça no buraco.

Descrever esses serviços não é tarefa para mim que, mau grado (sic), não tenho a cabeça fartada dos conhecimentos da arte engenhosa de transformar a Natureza mecanicamente, para fazer brotar do seu seio, árido às vezes, a fartura que salva e enriquece as gentes, como fazem os discípulos de Paulo de Frontim e Saturnino de Britto e outros que engrandeceram o patrimônio da Engenharia Brasileira.

Apraz-me elogiar a atuação do dr. José Fernal, como o engenheiro chefe de todo o serviço e expressar a minha admiração pelo modo cativador com que se exprime no relato dos misteres de sua missão entre nós.

do prefeito Vergniaud Wanderley, ocorridas entre 1935-1937 e 1940-1945, respectivamente, onde a abertura de avenidas, construção de espaços públicos e a realização de obras infra estruturais caracterizaram esta reforma.

⁵ A construção da adutora de Vaca Brava foi o primeiro sistema de abastecimento de água tratada e de esgotamento sanitário. A obra foi realizada durante a gestão do governador Argemiro Figueiredo (1935-1940), que veio a tornar-se interventor do Estado da Paraíba por força do golpe de estado conhecido como Estado Novo. Coube ao escritório do engenheiro Francisco Saturnino de Brito Filho o planejamento e a execução da obra, iniciada em 1936 e concluída em 1939. Veja-se: CABRAL FILHO, Severino. *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.

A cidade passava naquele momento pelo crivo do olhar técnico que a partir da implantação de uma obra significativa visava dotá-la de signos modernizadores porque atacava concretamente um problema crucial para qualquer cidade com pretensões modernas: o seu sistema de esgotamento sanitário e o seu abastecimento de água tratada.

Os jornais *Voz da Borborema* e *A União* serviram como fiéis difusores das descrições técnicas oferecidas pelos engenheiros responsáveis pela realização das obras. Neste processo de propagação o discurso técnico é “traduzido” pelos redatores de plantão de forma a oferecer aos seus leitores as melhores impressões: transformam a obra em símbolo da salvação de Campina Grande, cuidando sempre em lembrar que ela é o resultado de um benemerente compromisso do interventor Argemiro de Figueiredo com a sua cidade. Assim, desencadeou-se entre os homens de letras campinenses uma positividade caudatária de experiências urbanas europeias e norte-americanas, onde saúde e higiene foram preocupações centrais.

Na edição de 25 de janeiro de 1938, comemorativa do terceiro aniversário da administração Argemiro de Figueiredo à frente do Estado da Paraíba, o *Voz da Borborema* publicou uma longa matéria intitulada *A maior realização de um governo: a solução do magno problema de Campina Grande – Água e Esgotos*. Nela, podemos perceber a extensão dos significados atribuídos a esta obra por aqueles que comungavam dos princípios de modernização, progresso e civilização que ela significava. E esse aspecto é ainda mais importante quando percebemos que os redatores do texto procuram incluir como beneficiários da obra *todo* o povo de Campina Grande, num jogo de convencimento que não é meramente técnico, mas também político. O velho sistema de abastecimento e armazenamento de água passa, então, a ser sinônimo de risco para a saúde pública; as catástrofes representadas pelas epidemias poderiam tornar a população de Campina Grande presa fácil, uma vez que a cidade necessitava de um sistema de esgotamento sanitário capaz de atender às suas demandas crescentes, já que a sua população aumentava cada vez mais em virtude do seu crescimento econômico. A cidade não poderia abdicar do grau de progresso já alcançado; as suas possibilidades pareciam infinitas com promessas inclusivas de prosperidade coletiva que assegurava “a riqueza das gentes”.

O jornal proclama que a condição fundamental para a vida de um povo é a sua saúde: “não subsiste o indivíduo a quem seja hostil o meio”. A razão da grandeza dos Estados Unidos da América – “a nação mais próspera e adiantada do mundo” – assegurava o articulista, residia na observância dessa lei para a qual os líderes dos Estados Unidos devotaram especial atenção. Assim, há o estabelecimento de um vínculo entre o estatuto da saúde e o patriotismo: “o primeiro cuidado é o estabelecimento das garantias da higiene perfeita, para que o homem, livre das pestes, cresça ao proveito da pátria”. O perfeito funcionamento de um sistema completo de abastecimento de água potável e de saneamento sanitário era condição fundamental para uma cidade poder afirmar-se civilizada.

Essa preocupação sanitária, reflexa de uma cultura do medo da morte simbolizado nas epidemias, não era, enfim, sem fundamento. Sabe-se da extensa mortalidade causada por surtos epidêmicos – sobretudo através do *colera-morbus* na segunda metade do século XIX. A própria Campina Grande foi sua vítima em

duas oportunidades, o que justificou a criação de um cemitério nos arredores da então vila, segundo nos informa o cronista Epaminondas Câmara⁶.

No dia 25 de janeiro de 1939, quando das comemorações do quarto aniversário da administração Argemiro de Figueiredo, o abastecimento de água e o saneamento de Campina Grande reaparecem com especial destaque. Apontando esses melhoramentos com a maior realização deste governo, o jornal *A União* compara a cidade a uma colmeia e as suas “mais de 40.000 almas”, a abelhas. A metáfora ilustra apenas o pretenso sofrimento do povo campinense, sujeito às mais variadas epidemias, até a chegada da magna obra: “Uma colméia de mais de 40.000 almas debatia-se nas agruras da sede e nas ameaças de epidemias, por falta de água de beber e de uma imprescindível rede de esgotos”⁷.

Os tristes episódios relativos às mortes causadas pelas epidemias que assolaram Campina Grande estavam ainda muito vivos nas lembranças dos homens de letras campinenses, e o medo de sua repetição ainda os alarmava a ponto de considerarem o sistema de abastecimento de água e saneamento da cidade como uma espécie de salvo conduto permanente contra novas tragédias desta natureza, pois, asseverava o articulista, “Campina Grande estava correndo o risco de ser presa de terríveis epidemias, contra as quais talvez fossem impotentes todos os recursos da ciência”.

Os homens de ciência do século XIX já haviam descoberto as origens de certas epidemias – do cólera em particular. A segunda metade do século XIX instituiu uma nova via perceptiva relativa às epidemias no que se refere às suas formas de contágio. Antes de J. Parkin, John Snow e Koch, os conhecimentos médicos apoiavam-se basicamente em duas noções sensitivas para explicar as origens da epidemia: o tato e o olfato. Através do contato direto com o doente as demais pessoas estariam sujeitas à contaminação; através do olfato – justificavam os defensores da teoria miasmática – o ar pestilencial invadiria os indivíduos tornando-os presa fácil das epidemias⁸.

Diante de tão convincentes teses, posto que comprovadas cientificamente, não restavam alternativas às autoridades sanitárias e aos administradores públicos senão providenciar para as suas localidades os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Na Campina Grande dos anos 1930, para além dos surtos epidêmicos, acontecimentos e experiências cruciais que teimavam em ser lembrados, a sua

⁶ “Em 1856 o *cólera-morbus* vitimou no município 1.547 pessoas... Morreu da terrível epidemia quase um décimo da população campinense, sendo idêntica a percentagem em toda a Paraíba. Não havendo espaço no recinto das igrejas das vilas e das povoações para o sepultamento dos cadáveres, foram, em diversos sítios, improvisados cemitérios cercados de madeira. Nessa ocasião teve começo um nas Boninas, trezentas braças ao noroeste da Igreja do Rosário, da vila. Iniciativa do vigário da freguesia. Em 1862, o segunda *cólera-morbus* vitimou 318 pessoas no município”. CÂMARA, Epaminondas. *Datas campinenses*. Campina Grande: Editora Caravela, 1988, p. 44.

⁷ *A União*, João Pessoa, 25 jan. 1939, 2ª Secção, p. 01.

⁸ Veja-se: BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1987; CZERESNIA, Dina. *Do contágio à transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997; FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977; DINIZ, Ariosvaldo da Silva. “A iconografia do medo: Imagem, imaginário e memória da cólera no século XIX”. In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.). *Imagem e memória: ensaios de Antropologia Visual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

população estava convivendo com uma realidade desconfortável quanto às epidemias naquele momento. Não se tratava apenas da experiência com a morte que vinha à tona através da memória histórica relativa a um passado vivido há pouco mais de sete décadas. A morte espreitava de muito perto e os médicos reconheciam a própria vulnerabilidade.

Em 14 de novembro de 1930 o jornal *A União* publicou um artigo do médico Elpídio de Almeida. Neste artigo (fruto de uma polêmica com o também médico Walfredo Guedes Pereira, titular da Diretoria de Saúde Pública e Saneamento Rural da Paraíba), o autor se mostra alarmado com a ausência de uma política sanitária capaz de atender às demandas crescentes por higiene não apenas no Estado, mas também no país. Elpídio de Almeida critica os seus próprios pares, ao denunciar clínicos que estariam assumindo chefias de departamentos de higiene quando, à sua ótica, essas seriam funções a serem ocupadas por especialistas em saúde pública.

Elpídio de Almeida fez carreira profissional (como médico e como político) em João Pessoa e Campina Grande, cidade que administraria por duas gestões e também a representaria como deputado federal. Neste mesmo artigo, entre preocupado e irônico, reclama da incapacidade dos serviços públicos de saúde do país – e da Paraíba em particular – de uma ação científica competente, fundada nos mais modernos avanços da ciência e administração sanitárias, para conter as doenças infecciosas. Ele escreveu:

Em matéria de profilaxia das doenças infecciosas, estamos reduzidos a uma tristíssima situação: ao surgir um surto epidêmico em qualquer ponto do Estado, a medida que para logo se impõe às autoridades locais é o aparelhamento de um cemitério novo ou o aumento do já existente.⁹

O autor enfatiza a incompetência dos administradores públicos para atacar diretamente os males que afligiam o seu Estado, uma vez que já se dispunha nos meios médicos sanitaristas de recursos científicos para fazer-se frente aos surtos epidêmicos, cujo resultado mais recorrente era a morte. Para além das questões administrativas e técnicas de estrato médico e científico que Elpídio de Almeida apresenta não se pode deixar de sugerir (ainda que se considere a real gravidade da situação) que o discurso que ele proferia tinha mais de uma intenção. Naquela circunstância, ao criticar a política de saúde posta em prática pelo governo, já fazia um exercício de auto-exposição, mostrando-se, quiçá, como alternativa àquela administração que ele criticava, uma vez que ele próprio possuía um considerável conhecimento em sanitarismo, pois fora acerca desta temática que produziu a sua tese doutoral, intitulada *Contribuição ao estudo da Esquistossomose Mansômica*¹⁰. Um pouco de teatro, talvez. Futuramente ele viria a tornar-se um político importante no Estado.

Mas as doenças e o medo que elas despertavam teimavam em reaparecer em Campina Grande, e a imprensa paraibana não se furtava de informar os seus

⁹ *A União*, João Pessoa, 14 nov. 1930.

¹⁰ NÓBREGA, Humberto. *As raízes da Ciência da Saúde na Paraíba: Medicina, Farmácia, Odontologia e Enfermagem*. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 1979.

leitores; o medo do contágio e da proliferação dos males fazia tremer os articulistas. Em 8 de julho de 1937 *A União* publicou a nota “O Surto typhico em Campina Grande”, alertando que o governador Argemiro de Figueiredo, ao ser notificado por “fonte autorizada”, do surto de febre tifóide que grassava, com intensidade, na cidade,

*Tomou imediatas providências junto à Diretoria de Higiene e Saúde Pública, no sentido de ser enviada àquela cidade, uma comissão sanitária daquele departamento do Estado... O Governo resolveu, ainda, distribuir, em Campina Grande, vinte mil dose de vacinas antetyphicas, via oral.*¹¹

A matéria é concluída expressando o desejo que “dentro de poucos dias esteja cessado o surto typhico de Campina Grande ante essas providências do Governo”. Fora daquele Governo, assim se desejava fazer crer, não haveria salvação. O jornal ao apresentar a ação pronta e pretensamente eficaz do governador Argemiro de Figueiredo não deixa dúvidas quanto à preocupação do dirigente com a face sanitária de sua administração e, por conseguinte, enfatiza o seu zelo para com a saúde dos seus concidadãos, indiscriminadamente.

“Cuidado com o alastrim!”, advertia o jornal *Voz da Borborema* em 23 de outubro de 1937:

*Estamos seguramente informados de que está grassando no populoso bairro de S. José um surto epidêmico de alastrim, que o vulgo chama bexiga doida ou catapora. Cientificadas as autoridades sanitárias do nosso Posto de Saúde, prontas medidas foram tomadas no sentido de se intensificar a vacinação. A bexiga é doença que só ataca as pessoas que não se imunizam com a vacina, ou que vivem em promiscuidade anti-higiênica. É necessário que todos se vacinem, porque esta medida preventiva do mal negro é hoje exigida por lei, para todos os documentos de identificação individual, de vez que a varíola é doença infectocontagiosa. Ninguém deve fugir à vacinação em bem próprio, e aos que se negarem, devem as autoridades obriga-los para benefício da coletividade.*¹²

O medo certamente não era jogo de cena¹³. O mesmo jornal, em 06 de novembro de 1937 anunciou em manchete: “O surto de varíola nesta cidade”, para em seguida comentar: “O Sr. Prefeito Municipal, atendendo as reclamações

¹¹ *A União*, João Pessoa, 08 jul. 1937.

¹² *Voz da Borborema*, Campina Grande, 23 out. 1937. Grifos no original.

¹³ Segundo o médico Severino Bezerra de Carvalho, no decorrer do ano de 1937 houve um surto de febre tifoide em Campina Grande, responsável por um número considerável de óbitos.

do público, tem tomado medidas no sentido de preservar a população do surto de varíola que vem grassando nos subúrbios desta cidade”. Ao que nos parece, as medidas tomadas pelo Sr. Prefeito Municipal não iam muito além de publicar os nomes das pessoas “recolhidas ao isolamento aparelhado ultimamente para o tratamento dos atacados deste contagioso mal”. Zeloso e movido pelo medo, o jornal adverte em nota que

Estamos seguramente informados, que os doentes de varíola, tem sido conduzidos para o isolamento, em automóveis de praça. A ser verdade tal procedimento, merece especial atenção, uma vez que, sendo ditos automóveis de aluguel, ficam contaminados do mal, passando-o a quantos dele se servem. Mercê, portanto, o caso, a atenção dos poderes competente.¹⁴

Ao chamar a atenção dos poderes competentes para os males vividos naquele momento em Campina Grande, a imprensa parece questionar a cidade como lugar da ordem e centro do poder. As epidemias tendem a colocar em cheque os seus fundamentos, uma vez que podem comprometer a coesão social e toda a sociabilidade que tal coesão implica. Os discursos nervosos e amedrontados dos homens da imprensa campinense não serviam apenas para alertar os poderes competentes para dar combate às epidemias que teimavam em voltar à cidade; servem também para o diagnóstico de um quadro de desordem e insegurança causadas pelo medo das doenças e da morte.

A cidade é tomada de forma ambígua: os indicadores econômicos certamente confirmavam o avanço da economia da cidade; reconhece-se o seu “extraordinário crescimento”, mas denuncia-se o condenável hábito dos seus moradores de fazer “os seus despejos na superfície e no subsolo dos quintais das casas” o que acarretaria “em breve um tal estado de contaminação dos terrenos, que constituiria perigo à qualidade da água de beber, que é garantida em cisternas precárias, vizinhas muitas vezes das fossas de esgotos!” E há outro elemento perturbador que faz com que o articulista continue divagando pelo mundo da ciência médica: “além desta ameaça à saúde da população, lembremo-nos o suplício da sede, quando estas cisternas se esgotam em toda a cidade, e precisamos comprar água para beber, como se corre em busca de remédio para mitigar uma dor”. As notícias dos jornais e os depoimentos dos contemporâneos não deixam dúvidas quanto à salubridade precária em Campina Grande.

Apesar dos textos cuidadosamente escritos nos jornais, evitando ou procurando reduzir os efeitos do medo no alastramento destes males, uma vez que o antídoto estava sendo prontamente providenciado pelo seu governante, certamente não foi tranquilizador para os habitantes de Campina Grande conviver, num espaço tão curto de tempo (entre julho e setembro de 1937), com duas epidemias reconhecidamente letais. Os jornais não noticiam diretamente os impactos psicológicos causados na população por esses eventos funestos; pela forma como

¹⁴ *Voz da Borborema*, Campina Grande, 06 nov. 1937.

as coisas são apresentadas parece que o povo campinense era suficientemente estoico para não se preocupar com situações deste tipo. Mas, se conseguirmos perceber a tensão havida entre médicos e demais letrados naquele momento é de imaginar-se que a população não se manteve alheia a estes episódios mortais. Mesmo que a intenção dos articulistas que se esmeravam para “dourar” a imagem de Argemiro de Figueiredo fosse colocar o governador como um benfeitor cujas ações eram prontas respostas às reivindicações do seu povo, um detalhe parece-nos fundamental: o povo reclamava.

É interessante perceber a leitura ambígua que esses articulistas fazem dos habitantes de Campina Grande. Eles reconhecem os seus moradores, em seus hábitos, como óbices a um estado de sanitarismo pleno, a uma “higiene perfeita” para a cidade; apontam para a necessidade de um programa de educação sanitária para a população, uma vez que certas doenças eram hóspedes contumazes de pessoas que viviam em promiscuidade anti-higiênica; mas, ao mesmo tempo, reconhecem que são esses mesmos moradores que reivindicam os encaminhamentos para as soluções dos problemas que os afligiam. Logo, podemos supor que esses moradores foram responsáveis por ações positivas. Lembremos que as ações do Sr. Prefeito Municipal para atacar o surto de varíola, noticiado em 1937, foi uma resposta às “reclamações do público”. Em 25 de janeiro de 1939 um articulista de *A União* assevera: “Todos os dispositivos necessários a estas operações [relativas ao tratamento da água do sistema Vaca Brava] foram construídos e já entraram em funcionamento, há poucos dias, para atender ao apelo da população”¹⁵.

E o público reclamou muito. Não foram poucas as tensões entre o poder municipal e a população campinense por esse período. As ações praticadas pela municipalidade visando efetivar a sua política de higienização provocaram conflitos consideráveis. E estes conflitos, de acordo com o noticiado pela imprensa, não repercutiram apenas entre a população mais pobre como se poderia esperar. É fato que as normas impostas pelo poder público, mais especificamente com relação a sua política sanitária, reflexa do medo das epidemias, procuraram enquadrar toda a população campinense. A título de ilustração apresentamos dois casos de reclamação contra a recorrente e arrogante atitude dos agentes de saúde – os *mata-mosquitos*, versão local da polícia sanitária– responsável pela vigilância sanitária em Campina Grande; reclamações feitas por pessoas de estratos sociais diferentes. Ambos os casos foram veiculados pelo jornal *Brasil Novo*¹⁶.

¹⁵ *A União*, João Pessoa, 25 jan. 1939.

¹⁶ Desde 1916 o Estado brasileiro associara-se à Internacional Health Commission da Fundação Rockefeller para construir postos de profilaxia nas capitais, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo e, em seguida, espalhando-se pelo interior do país. Em Campina Grande, a presença da Fundação Rockefeller ocorre a partir de finais de abril e início maio de 1926 onde, em parceria com o Posto de Profilaxia Rural local, passa a combater a malária e a febre amarela. O método mais utilizado pelos técnicos dessas instituições para combater o mosquito transmissor da febre amarela foi a “petrolização” dos recipientes de água mantidos nas residências campinenses. Veja-se: AGRA, Giscard F. *A urbs doente medicada: a higiene na construção de Campina G(g)rande - 1877-1935*. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2006; LACERDA, Aline Lopes. “Retratos do Brasil: uma coleção do Rockefeller Archive Center”. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, Fiocruz, vol. 9, n. 3, set./ dez. 2002, p. 625-645.

Esteve nesta redação d. Severina Pereira, residente à Rua da Cadeia, n. 65, que nos comunicou ter um mata-mosquitos, na sua ausência, penetrado na sua residência e petrolisado duas jarras com água.

Repetem-se novamente as mesmas atitudes bruscas dos mata-mosquitos, revestidas de todo requinte de perversidade. Numa cidade como esta, onde o problema da água é dos mais sérios dos quantos nos preocupam, reputamos um ato canibalesco se inutilizarem pequenas quantidades desse precioso líquido, quando há o processo de coá-lo para retirarem as pequenas larvas.

Esta medida seria justa em cidades que tem água canalizada, mas nunca em Campina Grande onde todos nós lutamos com as maiores dificuldades para termos as nossas casas abastecidas¹⁷

Em nossa edição de 28 de maio próximo findo, publicamos uma local a respeito na qual afirmarmos prever conflitos desagradáveis, tal os modos descorteses e irritantes de certos escribas-mata-mosquitos.

E continuamos a dizer, se o chefe da repartição não tomar as providencias necessárias para pôr termo a tamanhas violências, marchamos para assistirmos enérgicas repulsas da parte dos prejudicados.

Lamentamos que os celebres mata-mosquitos apoiados, segundo fomos informados, pelo seu diretor, continuem na prática revoltante de petrolarem [sic] água com pequenos focos.

A medida, do modo por que esta sendo praticada, repetimos, é irritante. Com essas atitudes descorteses e acintosas os mata-mosquitos vão revoltando os nossos pacatos habitantes.

Diariamente, pessoas prejudicadas vêm nos procurar para narrar fatos revestidos de perversidade.

Já havíamos redigido uma local sobre as providencias tomadas a respeito, pelo ilustre dr. Lafayette Tourinho, quando, com surpresa de nossa parte, veio a esta redação o cel. José Alfredo Guerra, conceituado comerciante nesta cidade, que indignadissimo nos narrou o procedimento indelicado de certos mata-mosquitos que, na sua ausência e de sua esposa, penetraram em sua residência e petrolisaram [sic] uma jarra com água.

A medida é extravagante, arbitrária, vexatória e brutal, pois só a julgamos cabíveis em depósitos outros que não jarras onde se botam águas para beber.

¹⁷ Brasil Novo, Campina Grande, 11 abr. 1931, Ano 1, n. 14, p. 01.

Recorra-se ao meio de derramá-las, mas não se inutilize o depósito com petróleo; não se queira “quero porque quero” invadir a propriedade alheia.

Campina Grande não se opõe a medida, como ela deve ser executada, porem não se conformará de modo algum com a atitude provocadora e desumana por quem vem sendo praticada.

Enquanto se toma medida desse jaez, se deixa de fiscalizar os verdadeiros focos: aparelhos sanitários, esgotos e outros reservatórios de imundícies. Os tais da “higiene” limitam-se tão somente a examinar o que está limpo.

Será possível que o bonito nome – a higiene, como se anunciam ao entrarem em uma casa, seja somente para examinar o que está asseado?

Estamos que não [sic].

A cada momento esperamos cenas desagradáveis, mormente agora que os mata-mosquitos andam armados para, desse modo, implantarem o terror.

Acautelemo-nos.¹⁸

Textos como estes informam sobre a tensa relação havida entre os campinenses e o seu governo. O cenário que abriga o conflito é o velho problema do abastecimento de água. Pelo que está exposto na primeira matéria pode-se perceber que a ação provocativa dos mata-mosquitos foi cotidiana e sistemática. E com a agravante de, a partir de determinado momento, trabalharem armados. Sob o pretexto de inutilizar a água contaminada por larvas de mosquitos transmissores da febre amarela, invadiam residências. Certamente as pessoas vítimas destes procedimentos julgavam ter a sua privacidade violentada e o sentimento de indignação desconhece as fronteiras estabelecidas pelas classes sociais.

Mas isto não é tudo. Pode-se depreender dos textos outra faceta igualmente conflituosa entre um saber tido como racional, científico e, portanto, moderno, e um saber tradicional. Ao invés da “petrolisação”¹⁹ da água de beber, acondicionada em pequenos vasos, sugeria-se – e talvez até se praticasse – o processo de coação, método que consiste em coar a água através de filtros de tecido.

Como podemos perceber não se tratava de uma ação coletiva contra as medidas sanitárias – parece até que se tinha consciência dos benefícios das práticas sanitaristas em curso. O que as pessoas não queriam admitir era a método “extravagante, arbitrário, vexatório e brutal” com que os agentes da polícia sanitária agiam. Parece que era “a atitude provocadora e desumana” que incomodava. As pessoas

¹⁸ *Brasil Novo*, Campina Grande, 18 abr. 1931, Ano I, n. 15, p. 04.

¹⁹ Segundo o médico Severino Bezerra de Carvalho, testemunha destas ações, o processo de petrolisação consistia em borrifar-se com petróleo bruto a água acondicionada em quaisquer recipientes onde houvesse larvas de mosquitos. O petróleo, em contato com a água, subia à sua superfície, impedindo a respiração das larvas. Este teria sido um dos procedimentos técnicos adotados pelo médico Oswaldo Cruz e sua equipe na sua luta pela erradicação da febre amarela no Brasil.

comuns, a seu modo, também se interessavam por uma vida saudável, ainda que não alcançassem, no plano intelectual, a positividade dos procedimentos médicos. Havia, ao que parece, a consciência das raízes dos males a serem fiscalizados, os seus verdadeiros focos: “aparelhos sanitários, esgotos e outros reservatórios de imundícies”. Não foram poucas as denúncias veiculadas pelos jornalistas campinenses contra os focos de doenças espalhados pela cidade, sobretudo em sua área central. A precariedade do abastecimento de água em Campina Grande esteve a ponto de fazer desencadear “cenas desagradáveis”, a “implantação do terror” – pelo menos era o que esperava o articulista –, e por isto aconselhava a cautela coletiva.

Ocorre que a raiz do problema está mesmo no nascedouro das regulamentações das práticas higiênicas na Paraíba, extensão do que acontecia no Brasil. Considerando a sua natureza autoritária seriam previsíveis a rejeição e a impopularidade que amargaria.

Quando assumiu o governo do Estado da Paraíba em 1908, o médico sanitarista João Machado, que havia trabalhado na equipe de Oswaldo Cruz, logrou reestruturar as atividades da Inspetoria de Higiene da Paraíba, e através do Decreto n. 494, de 08 de junho de 1911, organizou a Repartição de Higiene do Estado. Em mensagem enviada à Assembleia Legislativa em 1º de setembro de 1911, João Machado lançou mão dos mesmos tom e estilo utilizados pelo seu antigo chefe, o sanitarista Oswaldo Cruz, e que fizeram desencadear a Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro em 1904. A retórica assusta pelo autoritarismo e violência manifestos²⁰.

É preciso que a nossa população se submeta às leis sanitárias sem a preocupação de que elas possam atingir a liberdade individual, indo mesmo até a inviolabilidade do domicílio... Do que tenho exposto até aqui vê-se que o nosso plano de defesa sanitária resume-se na criação e rigorosa observância dos seguintes serviços: polícia sanitária, vigilância médica, desinfecções, vacinação e revacinação, isolamento e demografia sanitária.²¹

Mas este certamente não foi o único pensamento acerca das relações de poder entre o Estado e a população quando o assunto era política sanitária no Brasil. O engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (1864-1929), um dos mais célebres precursores deste campo de saber no Brasil – positivista convicto, a ponto de fazer parte ativamente do Apostolado Positivista no Brasil

²⁰ Ao criar a Repartição de Higiene Pública, o governador João Machado substituiu o Regulamento Sanitário da Paraíba, instituído em 1895. Veja-se: NÓBREGA, *As raízes da Ciência...*, p. 63; SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Brasiliense, 1984; WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928*. Santa Maria: Editora da UFSM: Bauru, EDUSC, 1999; LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros – Campinas 1850-1900*. São Paulo: EDUSP, 1996.

²¹ MENSAGEM apresentada à Assembléa Legislativa da Parahyba em 10 de setembro de 1911 pelo Exm. Sr. Dr. João Lopes Machado. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, MCMXI, p. 27. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u544/>>.

e rejeitar as teorias microbianas – defendia o primado da integridade higiênica e moral, segundo a qual não se tratava apenas de denunciar a insalubridade e promiscuidade das habitações, mas também de se posicionar contra o ‘despotismo sanitário’ que, apoiado na teoria microbiana, investia contra a privacidade domiciliar, promovendo fumegações e desinfecções, pois, preconizava, ‘é da máxima importância social esta questão de respeito à integridade moral do lar, de onde também a sua integridade higiênica’²². Uma disputa de princípios em tão alto nível envolvendo ciência e política, entre autoridades das mais conceituadas no país, se presta para nos mostrar como esteve distante um consenso a respeito de um modelo sanitário para o Brasil. É notório que estes saberes não se impuseram de pronto entre nós. Para as camadas populares nacionais predominavam práticas culturais úteis nas situações de enfermidades: o conhecimento de ervas medicinais, os apelos ao curandeirismo, à magia ou à religião, estiveram à frente na preferência popular em detrimento a um apelo à medicina.

José Lins do Rego imprimiu, em artigo longo e belo, a profunda relação dos nordestinos com a cultura homeopática popular. Crente nas experiências e nos saberes dos curandeiros, estes homens e mulheres, desde a infância, aprenderam a submeter-se aos vomitórios e mezinhas receitados pelos pais e avós, remédios que sanavam uma variada gama de males. Lins do Rego chama a nossa atenção para a confiança depositada neste saber ancestral pelos nossos avós, na esperança de cura com a qual eles sempre trabalhavam.

*A medicina do nosso povo não é como a dos médicos titulados, sem entranhas para os doentes perdidos. Um curandeiro nordestino nunca desengana um doente. Há sempre esperança de salvá-lo. Quando fracassam as ervas, os esterco, as cascas que vêm da terra ele procura as estrelas do céu.*²³

Essa reticência ou desconfiança deliberada da população em relação ao saber médico se manifesta para os médicos de Campina Grande como um sintoma da ignorância popular, o que contribui para o aumento da tensão nesta relação. O médico Humberto Cavalcanti, em artigo publicado no jornal *Voz da Borborema* no dia 16 de julho de 1937, chegava ao extremo de culpar às mães pela mortalidade infantil nesta cidade.

Em Campina Grande, então, a mortalidade infantil mesmo vista a grosso modo, é um fato deplorável. A cifra de

²² Veja-se: ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. *A peste e o plano: o urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

²³ A despeito de elogiar a Tese de um médico alagoano – Dr. Lages Filho – que aborda a medicina popular e a relação desta com a ciência médica, José Lins do Rego realiza uma grande viagem à sua infância, rememorando as práticas da medicina popular em sua terra, com os seus curandeiros, as ervas empregadas, os vomitórios, as receitas, enfim, a confiança depositada pela sua gente naqueles “doutores” de antanho. Veja-se: *A União*, João Pessoa, 03 ago. 1935, Ano XLIII, n. 172, p. 03.

crianças que morrem nesta cidade eleva-se cada dia. Há, entre nós, dezesseis médicos dos quais 3 especialistas no assunto; portanto estamos bem servidos tecnicamente. O que falta é a necessária iniciativa das mães no sentido de uma proteção mais eficiente e mais radical do que os chás e as meizinhas.

A criança, pelo fato mesmo de não poder se expressar, dizer o que sente, aonde dói, o que lhe incomoda, deveria ter uma assistência mais pronta e mais conscienciosa. Não são, portanto, as comadres e os vizinhos, que têm o direito de, baseados em uma experiência falha e cheia de heresias, sacrificar vidas que seriam mais tarde ser úteis à sociedade e à pátria.

Esta assistência caseira é, vamos convir, coberta da melhor boa vontade, entretanto não possui os requisitos necessários ao bom êxito, quando não conduzem, por excesso de zelo, ao êxito letal.²⁴

Ao culpar às mães pelo aumento da mortalidade infantil em Campina Grande, Humberto Cavalcanti desacreditava toda uma tradição da homeopatia popular, um componente precioso da cultura destas populações desde tempos imemoriais. O desejo do doutor Cavalcanti provavelmente era alardear e fazer impor este novo saber médico do qual ele estava fiador e partícipe. Saber lastreado por um olhar perscrutador, fundador de toda racionalidade médica; olhar conhecedor da verdade que esta mesma racionalidade já identificara através da “maravilhosa espessura da percepção”; que oferecera aos médicos, como apanágio desta verdade, “a tessitura das coisas, sua cor, suas manchas, sua dureza, sua aderência”. Trata-se de uma nova experiência que desejava legitimar-se socialmente, buscava-se a invenção de uma nova tradição supostamente superior já que se constituía por meio da pesquisa científica, produto direto da “vigilância empírica aberta apenas à evidência dos conteúdos visíveis”, de um olhar que, arrogante, julgava-se ao mesmo tempo depositário e fonte de clareza, com o poder de trazer à luz uma verdade que apenas ele receberia. Defendia-se um saber cujo estatuto estaria liberto de toda e qualquer credence ou heresia, saber que não comportava ilações julgadas supersticiosas; admitir-se-ia apenas os enunciados amparados pela razão da ciência médica²⁵.

O doutor Cavalcanti nos fala de um tempo em que o poder do médico estava começando a insinuar-se pelo tecido social em Campina Grande. O médico, como detentor de um saber, começara a substituir a família no trato com os seus doentes, desprezando as antigas artes de curar baseadas em saberes consuetudinários em benefício de modernas formas de cura que têm na Farmacologia e nos dispositivos

²⁴ *Voz da Borborema*, Campina Grande, 16 jul. 1937. Os grifos estão no original. Com a construção da adutora de Vaca Brava e os trabalhos de saneamento em Campina Grande, discutiram-se muito as vantagens das modernas práticas sanitárias. Esse contexto revelou essa relação pouco confortável entre o saber médico e o saber popular acerca da saúde. Durante o ano de 1938 alguns artigos foram escritos no jornal *Voz da Borborema* abordando esta questão.

²⁵ Veja-se: FOUCAULT, *O nascimento da clínica*, p. XI.

alopatas, facultados pela formação médica, as suas credenciais e a sua segurança. Em tese, os consultórios médicos, as clínicas e os hospitais foram erigidos como fortalezas para subjugar o medo da morte, mas, no fundo, são emblemas da privatização das raízes desse medo em que o doente e as doenças tenderam a tornar-se monopólio de um saber que se pretendia racional e científico, e sob essa identidade desejou sublimar os seus pesadelos e lutou para superar o seu medo mais profundo.



RESUMO

O nosso objetivo com o presente trabalho é investigar em que medida o medo da morte se refletiu nas representações dadas a ver nos escritos de jornalistas e médicos paraibanos, particularmente os da cidade de Campina Grande, Paraíba, Brasil, durante as décadas de 1930 e 1940, conforme se manifestam nos principais jornais do Estado e da cidade. Buscamos compreender ainda, entre outras coisas, como esse medo manifesto impactou na gestão pública no tocante a implementação de obras sanitárias estruturantes para a cidade.

Palavras Chave: Medo da Morte; Campina Grande; Representações Jornalísticas.

ABSTRACT

Our aim with this work is to investigate how the fear of death is reflected in the representations given seen in the writings of journalists and Paraibans physicians, particularly those in the city of Campina Grande, Paraíba, Brazil, during the 1930s and 1940s, as manifested in major newspapers of the state and the city. We also seek to further understand, among other things, how this fear manifest impact on public management regarding the implementation of structural health works for the city.

Keywords: Fear of Death; Campina Grande; Journalistic Representations.

Artigo recebido em 11 set. 2014.

Aprovado em 07 nov. 2014.